



REVISTA DA ANINTER-SH
Volume 1, 2024 – Artigo: 12
ISSN: 2965-954X
Received: 07/16/2024
Accepted: 02/12/2024

D.O.I. <http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v1a12>

TERRITÓRIO E RENDA NUM COMMONS: UM CASO DE RESISTÊNCIA E RENÚNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

COMMONS LAND AND RENT: A CASE OF RESISTANCE AND RESIGNATION IN FAMILY FARMING

Silvana dos Santos Moreira – Graduada em Agronomia (UEPG); Mestre em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO); Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG); Professora Assistente do Instituto Federal do Paraná (IFPR). (silvana.moreira@ifpr.edu.br).

Carlos Alberto Marçal Gonzaga – Graduado em Administração (FAE); Mestre em Ciência Política (UFMG); Doutor em Engenharia Florestal (UFPR); Professor Associado da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, PR); Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC). (gonzaga@unicentro.br).

Rui Pedro Julião – Graduado em Geografia (NOVA-FCSH); Mestre e Doutor em Geografia e Planeamento Regional (NOVA-FCSH). Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). (rpi@fcs.unl.pt).

Resumo

O artigo apresenta um estudo de caso sobre a sucessão de mudanças na ocupação e uso do solo por uma comunidade organizada como Sistema Faxinal, que após um século de existência, decidiu renunciar à condição de *commons*. Os Faxinais são *commons* rurais privados, considerados comunidades de cultura tradicional, típicos da ocupação de terras por agricultores familiares nos estados do sul do Brasil, predominantemente no Paraná. O estudo situa a trajetória de existência do faxinal no contexto da história da ocupação territorial da região e no contexto da política agrária brasileira. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e descritiva. Os dados primários foram obtidos por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com descendentes da terceira e quarta gerações das cinco famílias que fundaram o Faxinal em questão. A amostragem incluiu 16% das famílias residentes na comunidade. Identificou-se a predominância de quatro estratégias de obtenção de renda, utilizadas pela população atual. As estratégias dividem a população entre os que continuam sua ligação com o trabalho agrícola e os que se alienaram dessa atividade. As sucessivas partilhas de herança promoveram a redução das frações individuais de terra produtiva e inviabilizaram a autossuficiência de renda e segurança alimentar e nutricional das famílias locais.

Palavras chave: renda da terra, agricultura familiar, uso do solo, comunidade tradicional, política agrária.

Abstract

This article presents a case study on land use and cover change (LUCC) by a Brazilian commons known as *Faxinal System*, where their inhabitants decided to renounce its status as a commons after a century of existence. *Faxinals* are private rural commons, protected by Brazilian law as communities of traditional culture, typical of land occupation by family farmers in the southern states of Brazil, predominantly in the State of Paraná. The study places the trajectory of the existence of this commons in the context of the history of territorial occupation

of the region and in the context of Brazilian agrarian policy. The research was characterised as qualitative and descriptive. Primary data was obtained through participant observation and semi-structured interviews with third and fourth generation descendants of the five families that founded the *faxinal* in question. The data sample included 16 per cent of the families living in the community. We identified the predominance of four income-earning strategies used by the current population. The strategies divide the population into those who continue their connection with agricultural work and those who have become alienated from this activity. Successive inheritance shares have reduced the individual fractions of productive land and made it impossible for local families to be self-sufficient in terms of income and food and nutritional security.

Key words: land rent, family farming, land use and cover change, traditional community, agricultural policy.

Introdução

Em 2007, o governo do Brasil estabeleceu um arcabouço jurídico para provimento de direitos especiais às autodenominadas comunidades tradicionais brasileiras (indígenas, quilombolas, faxinais, etc.). O novo quadro legal, instituído pelo Decreto 6040/2007, definiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCT). Seu objetivo consiste em garantir o território e o acesso aos recursos naturais cujo uso e ocupação se baseiam em práticas tradicionais ancestrais e caracterizam-se como elementos para sua reprodução física e cultural (BRASIL, 2007). Tal iniciativa política expressou o reconhecimento de que as práticas de manejo da natureza e dos territórios por essas comunidades se assentam em tradições culturais de sustentabilidade e adaptação ecológica ao meio em que vivem.

No estudo de caso apresentado neste artigo, discute-se a situação de um *commons* do tipo faxinal que renunciou à característica tradicional de operar em sistema de uso coletivo da terra. A renúncia do faxinal em tela ocorreu quase três décadas antes da instituição da PNCT, seguindo uma tendência que coincide com o avanço da territorialização do capital do agronegócio sobre as áreas típicas de agricultura familiar.

O faxinal estudado teve origem a partir de uma ocupação de terra coberta de floresta ombrófila mista, ou floresta de araucária, no sudeste do Estado do Paraná, feita por cinco migrantes caboclos¹, ao final do Século XIX. Sua formação baseou-se nos princípios de uso comunitário da terra para criar animais, em paralelo ao uso individual para cultivo agrícola, característico do sistema faxinal (Nerone, 2015). Esse *commons* manteve o formato tradicional de faxinal por oito décadas. O enraizamento dessa comunidade ao território se evidenciou com a permanência de descendentes da sexta geração dos fundadores nas mesmas terras ocupadas por seus antepassados.

No entanto, as condições estruturais da economia rural brasileira e as contradições entre as políticas agrárias e as políticas agrícolas, pressionaram a comunidade a se reinventar. A

¹ Caboclo, no sul do Brasil, é designação para um tipo de camponês pobre, que pratica extrativismo e/ou agricultura familiar de subsistência, geralmente situado em áreas de fronteira agrária (Both da Silva, 2014).

terceira geração de seus descendentes decidiu destituir-se da prática de uso compartilhado de suas terras, adotando o modo privado individual de cultivo, ou arrendando-a para investidores do agronegócio.

Para além dos cenários, discursos e controvérsias sobre políticas territoriais, agrárias, agrícolas, ambientais, energéticas e outras, a comunidade estudada vive suas contradições diárias na luta pela superação entre o hoje e o amanhã. Num microcosmo de relações de poder, geração de renda, *network* comunitária e sucessão intergeracional, interagem as diversas visões sobre o futuro. No âmago da vida de cada indivíduo da comunidade persiste a angústia de desafiar as condições institucionais adversas à reprodução social, dadas as condições herdadas de seus antepassados.

Neste artigo são descritas as razões que conduziram ao advento de autodestituição à condição de *commons*, situando o caso na linha evolutiva da ocupação territorial no estado do Paraná. A pesquisa foi conduzida por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com descendentes da terceira e quarta gerações das cinco famílias fundadoras do *commons* em questão. A discussão se apoia numa revisão bibliográfica que aborda as origens das terras comunais durante o período colonial brasileiro e a crise da agricultura familiar contemporânea frente à hegemonia do paradigma político desenvolvimentista e globalizante. Na discussão dos resultados são apresentadas as evidências obtidas durante a pesquisa de campo, que corroboram a literatura sobre o tema. Ao fim, apresentam-se sugestões sobre possíveis problemas futuros de pesquisas.

Revisão da literatura

Ocupação territorial e uso da terra no Paraná

O modelo de políticas agrárias e territoriais no Brasil relaciona-se à concepção eurocêntrica de desenvolvimento, cujas origens podem ser rastreadas ao período da colonização portuguesa. Negaram-se direitos de expressão às formas alternativas de pensar o desenvolvimento e excluíram-se as etnias, culturas e indivíduos não formatados pelo ideário hegemônico anglo-europeu (Leonel Jr, 2013). A história da ocupação territorial e povoamento do Paraná iniciou-se com a evolução das expedições que buscavam minerais preciosos e subjugavam povos nativos. À medida que eram acessados e esgotados os recursos naturais de valor econômico, vários ciclos econômicos sucederam-se: do ouro ao tropeirismo, do extrativismo da erva mate ao extrativismo da madeira, da abundância do café à hegemonia da soja. Esses ciclos de mudança do uso da terra marcam a evolução da ocupação territorial e povoamento da região, da colonização à globalização.

No início do Século XVI, à época da chegada dos portugueses ao Monte Pascoal, o território onde atualmente se situa o Estado do Paraná pertencia às populações indígenas.

Esse território foi invadido pelos espanhóis, conforme acordado pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, mas paulatinamente foi sendo explorado por mercenários portugueses, que visavam a preação dos povos nativos para escravizá-los e vendê-los na Província de São Paulo. Posteriormente isso resultou na fixação de algumas famílias europeias ao longo dos caminhos abertos e os portugueses passaram a reivindicar essas terras como suas (Balhana; Machado; Westphalen, 1969. Wachowicz, 1977. Mochiutti, 2013). A beligerância entre os invasores europeus se apazigou pelo Tratado de Madri, em 1750, o qual estabeleceu à cada parte o direito às terras que havia ocupado até então, excetuando a Província de Sacramento, atual Uruguai, que os portugueses devolveram aos espanhóis em troca de grandes extensões de áreas da Amazônia (Ferreira, 2007).

A primeira tentativa de explorar de riquezas nas terras do Paraná foi pela busca de ouro. O ciclo do ouro (1649 e 1680) iniciou no litoral, onde fundaram Paranaguá e estendeu-se ao Primeiro Planalto Paranaense, onde atualmente situa-se Curitiba. Nunca se encontrou quantidade abundante do minério, mas atraiu migrantes que se tornaram habitantes permanentes, dedicando-se ao comércio portuário e à produção agropecuária. A preação e escravização de nativos tornou-se mais relevante do que a mineração, mas a atividade decaiu quando a importação de escravos africanos tornou-se mais rentável e predominou. (Balhana; Machado; Westphalen, 1969; Ipardes, 1976)

No Século XVIII, o ciclo econômico do tropeirismo (1731-1870) eclodiu com a demanda por muares para atender o transporte do ouro descoberto em Minas Gerais e Goiás. As mulas eram os animais de carga que melhor resistiam às condições íngremes das minas. No entanto, o governo estabelecera ordenamento territorial de que apenas na bacia do Rio da Prata os animais poderiam ser criados. Era necessário tropeá-los até a feira de Sorocaba, em São Paulo. Assim, estabeleceram-se as trilhas dos tropeiros e aos poucos se foi instituindo uma cultura e modos de vida próprios da atividade. Integrada às tropas de muares desenvolveu-se a pecuária bovina. Nesse período, interiorizou-se a ocupação territorial no Paraná, nos Campos Gerais e nos Campos de Guarapuava e Palmas, respectivamente situados no segundo e no terceiro Planaltos Paranaenses. Esses campos eram propícios para se fazer o pousio e a engorda das tropas, antes de seguirem para a comercialização em Sorocaba. Isso incentivou a fixação de população permanente (Balhana; Machado; Westphalen, 1969; Ipardes, 1976).

A riqueza e as terras acumuladas no período do tropeirismo garantiram a consolidação do poder econômico e político, no Paraná, aos proprietários dos latifúndios com campos naturais. O declínio do tropeirismo sucedeu à construção das vias férreas na província de São Paulo, causando obsolescência e desvalorização dos muares (Balhana; Machado; Westphalen, 1969; Ipardes, 1976).

No auge do ciclo tropeirista, o Paraná havia se tornado o maior exportador de erva mate para a Argentina, que havia rompido relações comerciais com o Paraguai, por volta de 1820, até então o maior produtor da erva. O ciclo da erva mate (1820-1940) proporcionou ao Paraná o desenvolvimento econômico que impulsionou a expansão da infraestrutura de transporte ferroviário e preparou as bases para a sua emancipação política, separando-se de São Paulo em 1853. Concomitante à exploração da erva mate nativa, expandiu-se o extrativismo de madeira, cujo transporte se tornara facilitado pela ferrovia (Ipardes, 1976).

Algumas famílias, porém, empobreceram por causa das divisões sucessórias das propriedades, que dificultavam a obtenção de renda da terra em áreas pequenas. Ao mesmo tempo, a pujança do comércio internacional de erva mate e madeira aumentaram a demanda por terras na região. Houve escalada de conflitos por terras produtivas. Para amenizar o problema, o governo concedeu terras devolutas a investidores privados, majoritariamente estrangeiros, de nacionalidade inglesa e argentina. Operando com práticas predatórias, quando os recursos naturais valiosos se esgotaram o capital estrangeiro se expatriou e as tensões políticas aumentaram (Ipardes, 1976).

No período do ciclo da erva mate e da madeira, formou-se a maioria dos faxinais paranaenses. Pequenos proprietários aderiam ao uso comum da terra para a criação de animais, enquanto se ajudavam no extrativismo dos recursos nativos da floresta ombrófila mista. Devido à abundância de arbustos de erva mate (*Ilex paraguariensis*) e árvores centenárias de araucária (*Araucaria angustifolia*), imbuia (*Ocotea porosa*), cedro (*Cedrela fissilis*), tarumã (*Vitex montevidensis*) e outras madeiras valiosas, novos contingentes populacionais foram atraídos para as áreas de extração florestal, facilitada pela expansão da malha ferroviária e rodoviária. Na mesma época, o governo imperial implantou uma política de desenvolvimento territorial centrada na imigração de povos europeus, concedendo-lhes pequenas glebas de terras (máximo de 25 hectares) próximas às ferrovias. Assim, configurou-se a predominância de um modelo de ocupação e uso da terra baseada em pequenas propriedades rurais, cujos proprietários se adaptaram à estratégia de uso comum dos recursos, em sistema faxinal. (Sousa, 2009)

A expansão da malha ferroviária para ligar São Paulo à bacia do Rio da Prata permitiu acessibilidade a novas terras e impulsionou a formação de novos povoados. A estrada de ferro viabilizava o escoamento da erva-mate e da madeira, possibilitando o acúmulo de renda para promover o desenvolvimento das comunidades (Orreda, 1974. Zanlorenzi, 2012). Com o tempo, o extrativismo florestal promoveu a redução da cobertura florestal, abrindo campos para a oportuna introdução da cultura do café, cuja demanda mundial tornara os preços atrativos para produzi-lo (Sousa, 2009).

Na década de 1950, o Paraná tornou-se o maior produtor de café no Brasil, cultivando um terço da produção mundial. O excesso de oferta, porém, rebaixou o preço no mercado e promoveu uma derrocada na renda dos produtores. A crise resultou numa série de acordos internacionais, que culminaram, em 1962, na criação da Organização Internacional do Café (OIC) e no estabelecimento de quotas de exportação aos países produtores. A partir daí, o governo do Paraná deu início a uma política de erradicação dos cafezais de qualidade inferior no estado (Moricochi; Martin, 1994).

Na oportunidade, ganhou impulso o plantio de soja, por influência de propaganda institucionalizada. Nas pequenas propriedades, vingou consorciada ao milho, nos latifúndios, no modo de monocultura (Rieder, 2017). Na década de 1980 a soja havia se tornado a cultura agrícola predominante e mais rentável do estado. A partir daí consolidaram-se as bases para as políticas agrícolas governamentais que priorizam o cultivo de *commodities* para exportação. Em consequência do imenso potencial de acúmulo de capital que a commoditização proporciona, tem origem o seu efeito colateral que é a commoditização das terras produtivas e a concentração das propriedades rurais por empreendimentos mercantis agropecuários. Consequentemente, intensificaram-se o êxodo rural, os conflitos socioambientais, a violência no campo e o surgimento de novos movimentos sociais. Também cresceram a violência nas periferias urbanas e o espraiamento das cidades para as áreas de cultivo em suas bordas (Garcia, 2015).

Modernização agrícola no Brasil

A partir da década de 1950, as políticas públicas desenvolvimentistas tornaram-se importantes para formar a cultura de planejamento no país. Por influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), acreditou-se que a solução para as desigualdades regionais era a substituição das importações por produção local dos bens demandados (Cardoso Jr., 2011. Garcia, 2015). Na década seguinte, adotaram-se políticas de subsídio à utilização de insumos agrícolas, a fim de incentivar a modernização da agricultura nacional. Isso induziu à utilização de tecnologias menos dependentes de mão de obra. (Carvalho, 2014).

O setor agrícola passou a ser dominado por oligopólios ao longo da cadeia produtiva e a produção de alimentos deixou de ser prioridade. Apesar da incessante expansão das fronteiras agrícolas e dos crescentes ganhos de produtividade, há uma população de oitocentos milhões de subnutridos no planeta, mais de dois bilhões com deficiência de micronutrientes e seiscentos milhões de obesos, outras formas de má nutrição (Gonzaga, 2018).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2024) afirma que a agricultura familiar é responsável por 23% da produção agropecuária brasileira e por 67% das ocupações rurais. As pequenas propriedades privadas, no Brasil, ocupam aproximadamente 32% do solo do país, mas representam 91% das propriedades (Spavorek, 2019). Os resultados do Censo Agropecuário do IBGE mostram que entre 2006 e 2017 houve redução de 469 mil propriedades de agricultura familiar, representando o desaparecimento de onze por cento das unidades num período de onze anos. A quantidade da área utilizada pela agricultura familiar permaneceu estável, somando aproximadamente 80 milhões de hectare, com aumento de um por cento da área total, o que significa que houve aumento do tamanho médio das propriedades (IBGE, 2012; 2017). No Paraná, em 2017, a área média das propriedades de agricultura familiar era de 15,6 hectares, enquanto a das propriedades não familiares tinham extensão média de 146,6 ha. A média nacional é de 28,8 ha e 229,9 ha, respectivamente, para propriedades de agricultura familiar e não familiar (IBGE, 2017).

O viés das políticas públicas, que prioriza a produção agrícola em larga escala, de commodities, dificulta a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais. As novas gerações enfrentam, de forma aguda, o problema do tamanho das terras herdadas de seus antepassados, à medida que se multiplicam os herdeiros a cada geração. Evidencia-se o problema da solução de continuidade nas comunidades de agricultura familiar. Os principais fatores endógenos consistem na dificuldade para obter novas terras, ausência de incentivo familiar, centralização das decisões pelos pais, sedução pelo estilo urbano, desgaste físico, discriminação de gênero e desejo de estudar. A alienação dos jovens nas decisões dos negócios da família priva-os da percepção sobre sua viabilidade e do aprendizado com a experiência. (Matte; Machado, 2016).

Pesquisa realizada por Tabarro (2018), entre filhos de pequenos proprietários rurais, na região sudeste do Paraná, mostrou que 78% de jovens do sexo masculino gostaria de permanecer residindo na zona rural, dentre os quais 56% como proprietários, enquanto 22% preferiria viver no campo mas auferir renda de trabalho urbano. Entre jovens do sexo feminino, 90% gostaria de permanecer residindo na zona rural, 20% como proprietárias, 10% auferindo renda em atividade não agrícola e 60% auferindo renda urbana enquanto vive no campo.

Os jovens agricultores familiares buscam novos horizontes, enquanto transitam por decisões que prefeririam não fazer. Um desenvolvimento local inclusivo da juventude rural depende de propiciar autonomia nas decisões, confiança familiar em suas competências e oportunidade para adquirir novos conhecimentos que aprimorem a expressão de seus interesses (Tabarro, 2018).

A evolução das políticas públicas no Brasil, no início do Século XXI, mantém a continuidade da pressão para substituição da produção de agro alimentos pela produção de agro *commodities*, agro combustíveis e minérios. A tendência intensifica a pressão pela expansão da fronteira agrícola sobre reservas de florestas nativas, inundação de áreas férteis para soluções hidroenergéticas e aprofundamento dos conflitos pela terra. Também incentiva o recente processo de investimentos estrangeiros para aquisição de terras no Brasil. A tendência adere complexidade ao problema do uso do solo, porque à dicotomia entre segurança alimentar e nutricional frente à segurança energética, soma-se o problema da soberania alimentar e energética (Sauer; Leite, 2012).

Origem e evolução dos faxinais

A origem dos faxinais é matéria fértil em versões controversas. No formato característico, com cercamento e divisão entre o criadouro e as áreas de plantio, como descrito pela literatura, sua origem remonta ao Século XIX (Campigoto; Schorner, 2018). Possivelmente, o fenômeno está relacionado a alianças entre populações indígenas Kaingang e Guarani, africanos fugitivos da escravidão, vaqueiros e famílias de bandeirantes, que articularam uma forma de utilizar em comum pequenas propriedades privadas conjugadas. Dessa miscigenação étnica teria nascido a cultura cabocla do sul do Brasil, originando a tradição dos não incluídos no sistema econômico dominante, dos sem título de terra, dos considerados atrasados, incivilizados e preguiçosos (Olesko; Rocha, 2014).

Estima-se que até meados do Século XX, aproximadamente um quinto do território paranaense era ocupado na forma de sistema faxinal (Sahr; Cunha, 2005. Straube, 2007. Tavares, 2008). Relatório encomendado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apontou que remanesceram menos de cinquenta faxinais no Estado do Paraná (Marques, 2004), embora tal contagem possa conter uma subestimação (Soares; Sahr, 2012).

A estratégia de sobrevivência nos faxinais se organizava em torno do extrativismo florestal (madeira e erva-mate) e do cultivo policultural para alimentação. Recentemente, as reviravoltas das políticas agrícolas e o favorecimento de alimentação industrializada nos hábitos de consumo urbano, reforçaram a conveniência, para muitos faxinalenses, de adotarem a fumicultura como melhor alternativa para obtenção de renda (Kuzma *et al*, 2017).

A fumicultura ganhou aderência nos faxinais por ser um cultivo formatado para pequenas propriedades de agricultura familiar, gerando, por unidade de terra, renda compatível com a da soja e do *Pinus*, e superando a renda obtida em culturas de milho, feijão ou arroz (Gonzaga, 2006). Porém, se por um lado há vantagens monetárias, por outro lado coloca o agricultor na condição de dependência de um esquema de monopólio controlado por multinacionais (Ahrens; Llanillo; Milléo, 2010). Adicionalmente há o risco de intoxicação aguda

por nicotina, devido ao contato dérmico com as folhas durante a colheita, a “doença da folha verde do tabaco”, cujos sintomas incluem náuseas, vômitos, dor de cabeça e cólicas abdominais (Rodrigues *et al*, 2014. Rodrigues; Stadler; Xavier, 2016). Ocorre, também, intoxicação crônica por agrotóxicos, com pequenos transtornos psiquiátricos, perdas auditivas neurosensoriais e polineuropatia tardia (Murakami, 2017).

As comunidades tradicionais se referenciam num senso de pertença territorial, cujas relações sociais e produção de conhecimento se engendram e identificam nos padrões específicos de utilização dos recursos essenciais (Laschefski; Zhouri, 2019). As pressões do mercado conduzem a mudanças culturais nos *commons* faxinalenses, onde se buscam novos modos de produção, como a agroecologia e o artesanato, a fim de reinserir-se na economia local. As transformações do mundo globalizado conduziram os faxinais à encruzilhada da escolha entre a readequação ou a desarticulação, entre continuar a ser de um jeito novo ou não ser mais (Schuster; Sahr, 2009).

As políticas governamentais desenvolvimentistas, geralmente baseadas em concepções urbanocêntricas, atentam contra a diversidade de povos e culturas tradicionais, porque presumem como desejável a padronização do todo social. Sob uma perspectiva determinista de homogeneização, pressupõe-se que o desenvolvimento das comunidades tradicionais resultará em sua evolução para a categoria de classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho da globalização. Por isso há a preocupação de controlar a territorialidade onde as diversidades sociais incubam os anseios de visibilidade e emancipação (Laschefski; Zhouri, 2019).

Metodologia e material

A pesquisa teve natureza descritivo-analítica, de tipo quanti-qualitativa. Utilizou-se amostragem não probabilística intencional. O procedimento inicial foi a realização de uma revisão bibliográfica visando a caracterização histórica da ocupação e uso da terra no sul do Brasil, de modo geral, e na região estudada, de modo específico. Buscou-se relacionar a sucessão de eventos que delinearão o padrão de ordenamento territorial no país às políticas públicas que caracterizaram o tipo de desenvolvimento alcançado e suas consequências atuais.

Os dados empíricos foram obtidos por meio de observação não participante, entrevistas semiestruturadas e preenchimento de um formulário com questões sobre a produção agrícola local e a renda das famílias. As entrevistas foram realizadas com descendentes diretos dos fundadores do faxinal, idosos, residentes na localidade, representando as cinco famílias dos fundadores (uma das entrevistadas, com idade superior a oitenta anos, faleceu no transcurso de tempo entre a entrevista e a tabulação dos resultados da pesquisa). Na tabulação dos

dados buscou-se conjugar os registros das visitas de observação das atividades cotidianas da comunidade com os relatos orais dos entrevistados. Assumiu-se compromisso de privacidade quanto à identidade dos entrevistados e da comunidade.

O formulário para o estudo das condições socioeconômicas continha perguntas sobre os tipos de lavouras desenvolvidas, habitantes, área plantada, quantidade e preços de insumos, produtividade, preços de comercialização, dimensão das áreas e custo de transporte. Tais dados serviram para estimar o valor monetário da renda da terra auferida pelas famílias que vivem atualmente na localidade. Os dados sobre a posse e o uso da terra permitiram analisar o padrão de mudança do uso do solo no local.

Resultados e discussão

A comunidade estudada é composta, atualmente, por 92 famílias. Sua formação, conforme relato dos entrevistados, foi iniciativa conjunta de cinco famílias migrantes de caboclos (miscigenação de guaranis com portugueses). Cada uma das cinco famílias se apossou de uma área com extensão entre 242 e 600 hectares (100 e 250 alqueires paranaenses).

A oportunidade de apossamento da terra se deu por ocasião da construção da ferrovia entre Ponta Grossa (PR) e Guarapuava (PR), ocorrida na última década do Século XIX (nenhum dos entrevistados soube informar exatamente em qual ano). As cinco famílias demarcaram uma extensão de terra com, aproximadamente, 2.420 hectares (equivalente a mil alqueires), na região do Rio Preto.

A área ocupada nunca tivera ocupação antrópica anterior. A superfície era coberta por floresta ombrófila mista, abundante em erva mate (*Illex paraguayensis*), araucária (*Araucaria angustifolia*), imbuías (*Ocotea porosa*) e outras madeiras valiosas, que consistiram a base econômica inicial da comunidade. O solo mostrava-se apropriado para o cultivo necessário de alimentos e havia água abundante. A cobertura florestal primária foi sendo removida para a construção das habitações, lavoura, criadouro e vias de acesso e comunicação das propriedades, assim como para a construção da estrada de ferro. A instalação da ferrovia alimentava a esperança de rápido progresso.

A organização comunitária baseou-se nos conhecimentos tradicionais herdados dos antepassados, com o que estruturaram um formato de uso comum da terra, conforme o modelo usual de faxinal. Os animais podiam transitar em uma área grande de criadouro comunitário. A produção agrícola dispunha de área suficiente para o sistema de pousio dos talhões, característico da época.

A estruturação econômica da comunidade ocorreu no auge do ciclo da erva mate, constituindo-se a principal base de trabalho e fonte de renda. A prática do extrativismo

florestal resultava na produção de erva mate, dormentes para os trilhos da ferrovia e lenha para abastecer as caldeiras dos trens, bens valiosos naquela época. Outra fonte de renda era a venda de produtos alimentícios, principalmente batata, milho, arroz e carne. Os grãos de milho, arroz e trigo eram beneficiados em moinhos comunitários. No período entre as décadas de 1940 e 1970, a localidade teve a operação de uma estação ferroviária.

As famílias pleitearam, junto ao poder público, a regularização da posse da terra. Agrimensores demarcaram as propriedades, cujos limites foram respeitados, na esperança de que isto facilitaria a titularização. Mas nem todos alcançaram tal objetivo. Até os dias atuais algumas partes do território continuam sem documentação de propriedade, o que, tecnicamente, as caracteriza como terras devolutas. Dentre as maiores dificuldades para a obtenção da legalização da posse, estão os custos cartorais e os impostos.

A divisão e transmissão igualitária das heranças familiares, entre filhos e filhas, é um padrão cultura local. O fracionamento das terras, porém, origina acirradas desavenças familiares, impondo a pauta com o tema da viabilidade de permanência dos herdeiros nas minguantes frações das glebas ancestrais. Por conseguinte, a crescente dificuldade para gerar renda compatível ao crescimento das famílias a partir de recursos limitados, evoluiu para o desdobramento de dúvidas relativas à resiliência das interligações comunitárias e da continuidade com sua peculiar identidade. Numa das propriedades observou-se a convivência e uso comum da terra entre membros de quatro gerações, neto, bisneto, trineto e tetraneto dos fundadores.

O drama sucessório entre gerações (G) exemplifica-se com o desfecho na família de um dos entrevistados:

1. o pioneiro G1, se apossou de 242 hectares de terra;
2. G1 partilhou entre cinco filhos, cabendo 48,4 hectares para cada um;
3. o primeiro filho, G2, partilhou 9,68 hectares para cada um de seus cinco filhos
4. o neto (entrevistado), G3, em idade avançada, irá dividir sua terra entre os quatro herdeiros, repassando 2,42 hectares de terra para cada um, o que é extensão de terra insuficiente para o sustento agrícola de uma família.

Com base nos dados da amostra com quinze propriedades (16,3% do total), nas quais residem 22 famílias, estimou-se que o tamanho médio das propriedades é de 11,7 hectares (abaixo da média no Estado). A média por família, porém, é de oito hectares. Ambas as médias são inferiores ao tamanho do módulo fiscal rural na região, que é 16 hectares. Assim sendo, tornou-se um grande desafio comunitário a atratividade da vida rural para os jovens, que herdarão propriedades minimalizadas e descapitalizadas. O desafio se agrava devido à reduzida fertilidade do solo, ocasionada pelo contínuo uso, que se intensificou na proporção direta ao adensamento populacional local.

Os dados coletados mostram que 56% da área da comunidade é destinada à agricultura e 44% possui cobertura com floresta nativa, configurando áreas de preservação permanente e reserva legal. O fato de a área preservada representar mais de duzentos por cento da exigência legal, atribui valor à terra devido à possibilidade de expansão das áreas cultiváveis. Esse fator atrai investidores do agronegócio que planejam expandir suas áreas de cultivo de soja e milho, com propostas de arrendamento das terras desses camponeses economicamente fragilizados.

O padrão paisagístico do local apresenta uma distribuição territorial de capoeiras e florestas nativas intercaladas com áreas de cultivo agrícola, fundos de vale e solos nus. Tal padrão coincide com observações feitas em outros sítios da região (Mazza, 2006). Mas essa é uma paisagem em rápida transformação em que predominarão campos de soja arrendados a investidores do agronegócio de exportação. Os camponeses da comunidade tradicionais, aos poucos, são seduzidos a se tornarem arrendatários de terra.

Os cultivos típicos da agricultura familiar na região são feijão, arroz, milho, hortaliças, batata-doce, batatinha, mandioca, inhame, frutas, aves, suínos e bovinos, utilizados para autoconsumo e venda do excedente. Oito das quinze propriedades amostradas produzem tabaco. Uma das famílias produz fumo orgânico, que, supostamente, alcançaria maior valor de mercado, o que não a isenta dos sintomas da “doença da folha verde”, fazendo-os repensar se vale a pena continuar.

No período da pesquisa, seis das famílias da amostra haviam aderido à produção de alimentos orgânicos, por incentivo da política pública que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes Programas representam porto seguro de renda e vem melhorando a qualidade de vida dos participantes. Além disso, também comercializam produtos numa feira de produtos agroecológicos da região.

A cultura do milho, apesar de ser praticada na maioria das propriedades, está muito ligada à produção de alimentos para os animais, como aves, suínos, bovinos e equinos, complementando o sustento familiar. A comercialização do excedente de milho é realizada na própria comunidade, através da venda do milho em espiga. O feijão também é produzido pela maioria das famílias, mas devido à grande quantidade de trabalho demandado por essa cultura, a área destinada ao seu cultivo é pequena, pois coincide com a colheita do fumo e há pouca disponibilidade de trabalhadores diaristas. A venda do feijão é realizada diretamente nas propriedades e nos cerealistas atacadistas das proximidades.

Devido ao problema da limitação da quantidade de terras para a partilha das novas gerações, cuja quantidade de indivíduos é crescente, a situação vai se tornando cada vez mais dramática. Por esse motivo os mais jovens tem buscado alternativa de renda fora da

comunidade. A tendência recente é a adoção de pluriatividade na divisão das obrigações familiares para obtenção de renda.

Foram identificadas quatro estratégicas básicas para geração de renda, adotada por quem mantém um forte vínculo de identidade territorial e não deseja afastar-se das terras de seus ancestrais: A estratégia majoritária é o cultivo tradicional, ainda que seja de fumo. Uma minoria de oito famílias da comunidade fez a transição da agricultura convencional para o cultivo agroecológico orgânico, contribuindo para melhorar sua qualidade de vida. Uma parte dos membros do ex-faxinal tornou-se trabalhador assalariado em empreendimentos no entorno da comunidade ou nos centros urbanos próximos. Várias famílias arrendaram suas terras para empresários do agronegócio de soja.

- Estratégia 1: adesão ao cultivo tradicional de alimentos para auto consumo e venda do excedente – requer a identificação de nichos de mercado para produção em pequena escala de produtos de fácil comercialização e agregação de valor, como hortaliças, frutas, feijão, conservas e panifícios. Incluem-se nesta estratégia os agricultores que estão cultivando produtos orgânicos agroecológicos.
- Estratégia 2: extração máxima da renda da terra com a cultura de tabaco, seguindo orientação técnica e obedecendo a contratos de fidelidade com uma indústria fumageira multinacional. Requer disposição para submeter-se aos problemas de saúde relacionados à fumicultura.
- Estratégia 3: obter renda por meio de arrendamento da terra para empreendedores agrícolas que desenvolvem cultivo de soja em economia de escala e expandem a extensão das áreas cultiváveis com redução das áreas de preservação. Requer disposição para alienar-se parcial ou totalmente do controle da produção, conforme o arrendamento seja na forma de partilha dos custos ou não.
- Estratégia 4: obter renda em atividade assalariada fora da comunidade, em empreendimentos agropecuários próximos ou nos ambientes urbanos – requer a disposição de alienar-se parcial ou totalmente da vida comunitária, conforme as possibilidades de retornar diariamente para casa, ou apenas em intervalos maiores (semanal ou quinzenal, etc.). Nesse grupo se inclui a pensão previdenciária dos idosos aposentados, que se tornou importante na comunidade.

Considerações finais

A modernização agrícola brasileira, a partir dos anos 1960, contribuiu para a desarticulação da agricultura de pequenas propriedades familiares e para a extinção de várias

comunidades faxinalenses. No entanto, em várias localidades da região sul do Brasil, principalmente no sudeste e centro-sul paranaense, várias famílias camponesas seguem resistindo às pressões externas e reinventando seus fazeres, apesar das dificuldades crescentes para obtenção de renda da terra.

As iniciativas de transição da agricultura convencional para a agroecologia orgânica, baseada em conhecimentos centenários de sistemas agro florestais, alimenta a esperança de que é possível vida mais saudável no campo. A limitação está na incapacidade dos agricultores em ampliar sozinho os mercados para tais produtos, requerendo a atenção de agentes públicos, organizações não governamentais, universidades e instituições próprias do mercado.

As políticas de comercialização através dos mercados institucionais (PAA, PNAE etc.), que tem viabilizado garantia de renda para a agricultura familiar de pequenas propriedades, consistem em um exemplo positivo de políticas públicas. A viabilização da renda não se relaciona apenas à satisfação das necessidades básicas de subsistência biológica, mas representa um alto valor para a autoestima dos agricultores beneficiados, porque contribuiu para melhorar a qualidade de vida das famílias.

Na comunidade estudada, a desagregação do Sistema Faxinal modificou o manejo da criação de animais e diversificou as formas de cultivo. Todavia, coerente com a tradição comunitária de uso comum da terra, apesar das contradições, os laços fraternais de vizinhança e compadrio tem conduzido a soluções de convivência, superando diferenças e divergências sobre o presente e o futuro, sempre que possível. A valorização dos saberes comunitários carrega em si a potencia de realizar a ponte do tempo entre um passado superado e um futuro por inventar.

Pesquisas futuras, em comunidades deste tipo, terão que responder indagações que já surgem no horizonte, compondo o prelúdio para a análise da trajetória de outras comunidades tradicionais no sul do Brasil. Algumas direções de futuras investigações incluem abordar quais soluções de políticas públicas relativas à questão agrária e de crédito agrícola são possíveis para agricultores familiares com pequenas propriedades. Quais estratégias as gerações futuras poderão adotar perante o fracionamento das terras herdadas? Que características prevalecerão nos vínculos de territorialidade nesse tipo de comunidade? Haverá readequação possível num cenário em que o bombardeio tecnológico do hedonismo urbano penetra os mais longínquos recônditos das culturas tradicionais? Quais ecos do antigo *commons* faxinalense permanecerão ressoando às margens das águas calmas dos rios que irrigam a região?

Referências

AHRENS, D. C.; LLANILLO, R. F.; MILLÉO, R. D. S. **Diversificando áreas com cultivo do tabaco**: uma experiência no Centro-Sul do Paraná. Londrina : IAPAR, 2010.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. M.; WESTPHALEN, C. M. Paraná tradicional. In: EL-KHATIB, F. **História do Paraná**, v.1. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969.

BOTH DA SILVA, M. A. Caboclos. **História Unisinos**, v.18, n.2, p.338-351, 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, de 8 de fevereiro de 2007.

CAMPIGOTO, J. A.; SCHÖRNER, A. História e espacialidades faxinalenses: narrativas e representações imagéticas (1980 a 2015). **História: Debates e Tendências**, v.18, n.1, p.116-132, 2018.

CARDOSO JR., J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n.1584).

CARVALHO, C. X. Estado da arte sobre desenvolvimento rural: reflexão teórica e apontamentos em face das especificidades do nordeste do Brasil. In: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Política externa, espaço e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. (Desenvolvimento nas ciências sociais: o estado das artes; Livro 3).

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares). **Anuário estatístico da agricultura familiar**, v. 3, 2024.

FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.51-69, 2007.

GARCIA, R. C. Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil. In: CARDOSO Jr., J. C.; CUNHA, A. S. (org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015. (Pensamento estratégico, planejamento governamental & desenvolvimento no Brasil contemporâneo; Livro 1)

GONZAGA, C. A. M. **Gradiente de renda da terra em áreas de proteção ambiental**: estudo em zona de uso agropecuário na Serra da Esperança. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) UFPR, Curitiba, 2006.

GONZAGA, C. A. M. Pobreza e meio ambiente: conexões e potencialidades. In: SERPE, B. M.; SILVA, L. A. M. (org.). **Desenvolvimento, gênero e pobreza**. Ponta Grossa: UEPG, 2018 (p.37-49).

IPARDES [Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social]. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IparDES, 1976.

KUZMA, E. L. *et al.* Sustentabilidade em comunidades tradicionais de faxinal: um olhar a partir do ICMS Ecológico. **Desenvolvimento em Questão**, v.15, n.38, p.131-163, 2017.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a 'questão territorial' e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v.1, n.52, p. 241-285, 2019.

- LEONEL JÚNIOR, G. A utilização combativa do direito a partir das lutas sociais e políticas das comunidades tradicionais. **Revista Jurídica da Presidência**, v.14, n.104, p.681-705, 2012.
- MARQUES, C. L. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no Paraná**. Relatório Técnico. IAP, Curitiba, 2004.
- MAZZA, C. A. S. **Caracterização ambiental da Microrregião Colonial de Irati e zoneamento ambiental da Floresta Nacional de Irati, PR**. Tese. (Doutorado em Ciências) UFSCAR, São Carlos, 2006.
- MOCHIUTTI, N. F. **O patrimônio geológico no desenvolvimento territorial em Tibagi, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFSC, Florianópolis, 2013.
- MORICOCHI, L.; MARTIN, N. B. Acordos internacionais e mercado de café. **Informações Econômicas**, v.24, n.7, p.17-29, 1994.
- MURAKAMI, Y. *et al.* Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde em debate**, v.41, n.113, 2017.
- NERONE, M. M. **Sistema Faxinal**: terras de plantar, terras de criar. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- OLESKO, G. F.; ROCHA, O. G. Do “quem somos” para o “onde estamos”: a experiência da cartografia social dos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.41, n.1, p.48-66, 2014.
- OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Agrária**, n.12, p.03-113, 2010.
- ORREDA, J. M. **História de Irati**, v.2. Irati: Edipar, 1974.
- RIEDER, A. Vida rural de colonos de Erechim (RS), Brasil, em torno da década de 1960. **Raízes e Rumos**, v.5, n.1, p.33-47, 2017.
- RODRIGUES, A. H. *et al.* Significados de saúde para fumicultores de Irati e região. **Revista Espaço para Saúde**, v.15, suplemento 2 (Anais do 2º Congresso Paranaense de Saúde Pública), 2014.
- RODRIGUES, A. H.; STADLER, S. T.; XAVIER, C. R. A saúde e seus significados para famílias fumicultoras da região de Irati (PR): contingências e contradições. **Saúde em Debate**, v.40, n.111, 2016.
- SAHR, C. L. L.; CUNHA, L. A. G. Sistema Faxinal: caboclos entre a Idade Média e a Pós-Modernidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, v.10, p.13131-13143, 2005.
- SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, SP, v.50, n.3, p.503-524, 2012.

- SCHUSTER, W. T.; SAHR, C. L. L. O faxinal do presente e o faxinal do passado: evolução do uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita - Turvo (PR). **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, v.19, p.1-21, 2009.
- SOARES, J. G.; SAHR, C. L. L. Gênese, estrutura e dinâmica de povoamento em comunidades rurais. **Mercator**, v.11, p. 53-71, n.24, 2012
- SOUSA, J. M. Imigrantes no Paraná: a inserção e contribuição polonesa em Irati, Pr. I Seminário de sociologia e política UFPR/2009. Curitiba: UFPR, **Sociologia e Política**, 2009.
- SPAROVEK, G. et al. Who owns Brazilian lands? **Land use policy**, v.87, p.104062, 2019.
- STRAUBE, K. K. **A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro**: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFPR, Curitiba, 2007.
- TABARRO, C. **Tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar**: percepção dos jovens no Território Centro-Sul do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Unioeste, Cascavel (PR), 2018.
- TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais no Paraná**: as terras de uso comum. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) USP, São Paulo, 2008.
- WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 4 ed. Curitiba: Vicentina, 1977.
- ZANLORENZI, C. M. P. Reconstrução histórica do primeiro grupo escolar de Irati – Paraná. **Revista HISTEDBR**, n. especial, p.49-63, 2012.